

**MAJÛS - OS ATAQUES VIKINGS AO AL-ANDALUS, ENTRE OS SÉCS. IX-X, E  
O SEU IMPACTO NO ĠARB AL-ANDALUS**

**MAJÛS - THE VIKING ATTACKS ON AL-ANDALUS, BETWEEN THE IX<sup>TH</sup>  
AND X<sup>TH</sup> CENTURIES, AND ITS IMPACT ON ĠARB AL-ANDALUS**

Guilherme Mourão Marôco<sup>1</sup>

**Resumo:** Em 844 Lisboa avisa Córdoba da aproximação de navios. Este momento marca o início das incursões *vikings* no al-Andalus. Muito além de se constituírem somente como eventos traumáticos e destrutivos, as ofensivas dos *majÛs* serão um ponto de inflexão na história do Ġarb al-Andalus, a região ocidental da Península Ibérica muçulmana, até então um território marginalizado, e apenas nominalmente controlado pelo poder central de Córdoba. As incursões *vikings* apresentam-se como um impulso para o desenvolvimento urbano e comercial da região, para além do desenvolvimento da marinha de guerra – até então inexistente –, e respetivas técnicas de combate, propiciando a formação de uma hegemonia naval muçulmana no oceano Atlântico, que só o retrocesso territorial dos sécs. XII e XIII, face a Portugal, virá a pôr em causa. Com este estudo, procurar-se-á analisar o rumo e enquadramento cronológico das incursões, matéria na qual ainda não se regista consenso nos nossos dias e, principalmente, compreender a dramática influência que estas tiveram na moldagem do futuro do espaço ocidental do al-Andalus.

**Palavras-chave:** Ġarb al-Andalus; Muçulmanos; Vikings; Guerra Naval.

**Abstract:** In 844 Lisbon warns Córdoba of the approach of ships. This moment marks the beginning of the Viking incursions in al-Andalus. Far beyond from being just traumatic and destructive events, the *majÛs*' offensives will be a turning point in the history of Ġarb al-Andalus, the western region of the Muslim Iberian Peninsula, until then marginalized, and only nominally controlled by the central power of Córdoba. The Viking incursions turn out to be an impetus for the urban and commercial development of the region, in addition to the creation of a navy – until then non-existent –, and respective combat techniques, providing the tools for the formation of a Muslim naval hegemony in the Atlantic Ocean, than only the territorial regression of the XII<sup>th</sup> and XIII<sup>th</sup> centuries., in favor of Portugal, will come to put into question. With this study, we will seek to analyze the direction and chronological frame of the incursions, a matter on which there is still no consensus today and, mainly, to understand the dramatic influence that these incursions had in shaping of the future of the western part of al-Andalus.

**Keywords:** Ġarb al-Andalus; Muslims; Vikings; Naval Warfare.

---

<sup>1</sup> Doutorando em História Medieval na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Investigador do Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra (CHSC).  
E-mail: [guilherme.m.maroco@gmail.com](mailto:guilherme.m.maroco@gmail.com) Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7674-969X>

Nos meados do séc. IX os *vikings* atacam, pela primeira vez, um território muçulmano, o al-Andalus<sup>2</sup>. Deparam-se com um espaço onde o domínio do poder central era, ainda, algo débil, especialmente no ocidente da Península Ibérica, o Ġarb al-Andalus, o território mais afetado pelos raides dos *majūs*<sup>3</sup>.

Após a conquista da maioria da Península Ibérica, nas primeiras décadas do séc. VIII, e o estabelecimento do emirado de Córdoba no al-Andalus, em 756, o domínio muçulmano, pelo menos nominalmente, estendia-se à quase totalidade do território peninsular. O centro da política residia no eixo Córdoba-Toledo, e a instabilidade com o Reino Franco a norte dos Pirenéus - que potenciou as conquistas cristãs na região<sup>4</sup>-, e em torno da posse dos territórios de Múrcia<sup>5</sup>, levou a um centrar de atenções militares no nordeste da Península, região conhecida como o Šarq al-Andalus.

O Ġarb al-Andalus, correspondendo ao atual Portugal, juntamente com cidades como Sevilha, Mérida e Badajoz, foi uma região que não despertou, neste primeiro período da história do al-Andalus, um interesse particular no poder central de Córdoba. Este desinteresse resultou do subdesenvolvimento económico e comercial da região, consequência das dificuldades inerentes a navegar o Atlântico, considerado demasiado tempestuoso, sendo apelidado de “Mar Tenebroso”<sup>6</sup> (Picard, 1997, p. 63), juntamente com a instabilidade da região,

---

<sup>2</sup>Tal não significa que este tenha sido o primeiro contacto entre estas duas civilizações. Na verdade, está sobejamente documentado o contacto entre povos *vikings* e muçulmanos, no oriente, tendo sido descobertos numerosos dirhams em sítios arqueológicos *vikings*, desde a Suécia à Rússia (Boyer, 2017, p. 170).

<sup>3</sup> *Majūs* é uma palavra de origem persa, que na sua génese descrevia os Zoroastras iranianos. O seu uso vai-se alargando, sendo integrada no árabe (*majūs*), mas também no grego (μοῦσος - mágos), e no latim (*magus*). No al-Andalus, provavelmente consequência da convivência destes dialetos, o significado desta palavra expande-se, passando a ser usada para definir todos os não-monoteístas, sendo uma das possíveis traduções “pagãos” (Farrugia, 2020).

<sup>4</sup> Em 785 Girona é tomada, o mesmo destino que sofre Barcelona, em 801, sendo ambas integradas no território carolíngio. Em 799 cai Pamplona em poder dos bascos, afirmando-se progressivamente como o centro do novo reino de Navarra. As ofensivas carolíngias registam-se até 809, com as campanhas de Luís o Piedoso contra Tortosa (804-807; 808; 809), que ‘Abd al-Raḥmān II repele eficazmente (Kennedy, 1999, pp. 74-75).

<sup>5</sup> Este território, instaurado com o avanço de Mūsā, em 713, encontrava-se moribundo, sendo disputado por várias entidades, situação que ‘Abd al-Raḥmān II sara em 831, recorrendo ao exército como meio dissuasor.

<sup>6</sup> *Al-Baḥr al-muẓlim*, “o mar tenebroso”. Sobre o “Mar Tenebroso”, al-Idrīsī escreve: “(...) ninguém conseguiu ainda saber alguma coisa ao certo a seu respeito, por causa das dificuldades que se opõem à

propensa a revoltas, e administrada de forma bastante independente do poder central. Esta subalternização do ocidente, no âmbito da política central do emirado, manter-se-á até ao primeiro quartel do séc. IX. Serão as revoltas populares em Mérida, sanadas por ‘Abd al-Raḥmān II em 835, a motivar uma atenção maior, por parte de Córdoba, em relação ao Ġarb. Esta situação será reforçada pelas ofensivas dos *majūs*, entre os meados do séc. IX e o séc. X, inseridas no período vulgarmente conhecido como “Era Viking”.

Embora seja das vertentes menos estudadas da “Era Viking”, foram publicados alguns trabalhos de grande qualidade relativos às ofensivas *vikings* no al-Andalus, na senda do trabalho pioneiro de Reinhart Dozy (Dozy, 1860), que inclui uma compilação de várias fontes muçulmanas referentes aos ataques *vikings*, interpretadas pelo autor. Desde logo, destacam-se os trabalhos de Ann Christys (Christys, 2012; 2015), que analisa de forma muito completa os rumos das várias incursões *vikings*, bem como a forma como estas foram percecionadas pelos cronistas, valendo-se do seu vasto conhecimento das fontes cristãs e muçulmanas disponíveis, e de Hélio Pires (Pires, 2018) que centra a sua análise na descrição das incursões na Galiza e no território atualmente português, destacando-se o uso que faz de fontes nórdicas, para além de cristãs e muçulmanas. Voltados especificamente ao território de que este estudo se ocupa, o ocidente do al-Andalus, evidenciam-se os trabalhos de Christophe Picard (Picard, 1997), um estudo muito abrangente sobre toda a história naval do Ġarb al-Andalus, abordando naturalmente as incursões *vikings*, e de Fernando Branco Correia (Correia, 2016), que aborda o impacto das incursões, ao nível da fortificação da costa ocidental do al-Andalus. Por fim, destacam-se os estudos de Francisco Franco-Sánchez (Franco-Sánchez, 2018), que estuda o impacto das incursões no oriente da Península Ibérica, e de José Carlos Sánchez Pardo (Sánchez Pardo, 2010), cuja análise se foca nas consequências das incursões na Galiza. Neste contexto, este estudo ambiciona ser um complemento aos trabalhos citados, tentando clarificar o rumo dos acontecimentos, que ainda hoje não é certo e, especialmente, aferir que consequências tiveram estas incursões na história do Ġarb al-Andalus, procurando-se

---

navegação (...). Nenhum navegador ousa atravessá-lo, nem alcançar o alto mar, todos se limitam a costear, sem perder de vista o litoral” (al-Idrīsī (2), p. 20).

evidenciar o seu papel cimeiro no impulso do desenvolvimento de uma região que era, até então, claramente subdesenvolvida e marginal, aos olhos do poder central de Córdoba.

### A primeira incursão (844)

A 20 de agosto de 844 o governador (*'amil*) de Lisboa, Wahb Allāh ibn Ḥazm, enviou uma carta a Córdoba informando da aproximação de navios. Seria o início da primeira<sup>7</sup>, e mais devastadora, das incursões *vikings* no al-Andalus. O impacto deste evento impeliu os cronistas muçulmanos a vários relatos, sendo alguns deles transcritos em seguida, para uma melhor compreensão dos acontecimentos. No entanto, é importante destacar que as fontes não são unânimes na descrição desta incursão, talvez por este tipo de incursões se constituírem por uma grande frota, da qual se iam separando frotas menores, que atacavam pequenas povoações, voltando depois a reunir-se com a frota principal (Franco-Sánchez, 2018, p. 123). Os cronistas, no entanto, nem sempre teriam noção desta realidade, pelo que tendiam a tentar atribuir uma ordem lógica aos eventos, assumindo que todos os ataques de que se tinha registo haviam sido perpetrados pela mesma força, o que por vezes gera incoerências que aqui se tentarão realçar e, quando possível, esclarecer. De igual forma, o facto de a esmagadora maioria dos relatos ser bastante posterior aos acontecimentos faz com que, por vezes, os cronistas confundam eventos de incursões diferentes – o próprio Ibn al-Athīr (1160-1233), no final da sua descrição da primeira incursão, reconhece:

“Alguns cronistas árabes descreveram uma incursão dos *majūs* em Sevilha em 246 (27 de março de 860) a qual tem pontos semelhantes com a que acabamos de falar, mas ignoro se é a mesma (...). O mais verosímil é que sejam as duas a mesma.” (Ibn al-Athīr, p. 221).

O primeiro relato transcrito pertence a Ibn al-Qūṭīyya (m. 977), cronista que escreve ao serviço de Córdoba, já durante o Califado, sendo esta a descrição mais antiga das incursões *vikings* que se conhece, da autoria de um cronista do al-Andalus.

“Adberramão [‘Abd al-Raḥmān II] mandou construir também a aljama de Sevilha e os muros desta cidade por se terem apoderado dela os normandos<sup>8</sup> quando entraram no ano de 230 [844]. A invasão ocorreu no seu tempo e a gente assustada fugiu à chegada daqueles. Os sevilhanos evacuaram a cidade

<sup>7</sup> Registou-se algum debate sobre uma possível primeira incursão em 795, sendo que, no entanto, esta hipótese já foi posta de parte (Pires, 2018, pp. 52-54).

<sup>8</sup> Autor reconhece a tradução livre do termo “*majūs*” para “normandos” por ser a terminologia usada, aquando da tradução, para definir os *vikings* (Coelho, 2018, p. 167, nota 1).



e fugiram (...). Como nenhum dos do Ocidente de Espanha se atrevia a combatê-los, teve que recrutar-se gente de Córdoba e comarcas circunvizinhas. E saíram os ministros com os homens que nelas recrutaram. Contudo, já antes, desde o princípio do movimento dos normandos que desembarcaram no extremo ocidente e tomaram a terra de Lisboa, se havia chamado às armas os que serviam nas fronteiras. Os ministros acamparam com o exército cordovês em Carmona, mas não se atreveram a atacar o inimigo por ser demasiado bravo até que chegaram as tropas da fronteira. Nelas se encontrava Muça ibne Caci. (...) [Tropas muçulmanas são escondidas nas imediações de Sevilha durante a noite] Ao despontar da aurora, saiu de Sevilha em direção a Morón um grupo de 16 000 normandos. Quando chegaram em frente da vila, o vigia fez sinal, mas os emboscados não saíram para que aqueles se fossem afastando. E uma vez afastados, interpuseram-se entre eles e a cidade e decapitaram-nos a todos. Seguidamente, os ministros avançaram, entraram em Sevilha (...). Além do destacamento que foi passado à espada, haviam saído dois destacamentos de normandos: um para Lecante e outro para Córdoba (...). [Os *vikings* que foram atacados em Sevilha] fugiram para os seus navios e lançaram-se rio acima até ao castelo de Azaguaque [Aljarate]. Encontraram os seus companheiros e, uma vez embarcados, deram a volta seguindo a corrente, rio abaixo. (...) a seguir devastaram sucessivamente as duas costas do mar até que chegaram aos países dos bizantinos e a Alexandria nesta viagem que durou catorze anos." (Ibn al-Qūṭīyya, p. 167-169)

Segundo este relato – algo comum –, Lisboa terá sido a primeira localidade a avistar e a tomar contacto com os *vikings*. A ofensiva em Lisboa não terá sido, no entanto, motivação suficiente para o emir reunir tropas. Só com a chegada dos *vikings* a Sevilha, que importa não esquecer, ocupa a posição intermédia no rio Guadalquivir, entre a foz e Córdoba, a capital, é que ocorre a mobilização de efetivos. Chegando a Sevilha, a frota *viking* divide-se: uma porção toma a cidade, e uma outra continua a subir o rio Guadalquivir rumo a Córdoba. A porção que toma Sevilha será surpreendida, por uma emboscada dos soldados reunidos para recuperar a cidade, e debandam, retornando aos seus navios, e recolhem os companheiros que haviam rumado a Córdoba em Aljarate, partindo depois rumo ao oriente.

O segundo relato é da autoria de Ibn Idhāri al-Marrākushi, cronista que escreve no séc. XIV, em Marraquexe, configurando-se como uma das fontes mais completas para analisar a história do al-Andalus, especialmente pelo contacto que o autor tomou com fontes hoje desaparecidas.

"No mesmo ano [229] Wahb Allāh bem H'azm, governador de Lisboa, fez saber por carta que tinham chegado à vista da costa cinquenta e quatro navios dos normandos com as quais vinham cinquenta e quatro navios de menor importância. E escreveu-lhe Abderramão e também aos governadores das



costas recomendando-lhes vigilância. (...) Eles [vikings] desembarcaram em Lisboa, depois dirigiram-se a Cádiz e Sidónia, avançando finalmente para Sevilha, diante da qual acamparam e começaram o cerco, até a tomarem por força (...). [Permaneceram em Sevilha] por sete dias (...). Depois de se terem travado entre eles e os muçulmanos sangrentas batalhas, dirigiram-se a K'abt'il [Ilha Menor] onde permaneceram por 3 dias e entraram em Koúra [Cora], a 12 milhas de Sevilha, dando morte a elevado número de muçulmanos. (...) Depois eles avançaram com os seus barcos e travaram uma batalha com os muçulmanos, e foram derrotados e sofreram muitas baixas. De seguida, voltaram aos seus barcos e dirigiram-se para Sidónia e dali a Cádiz (...) e (os muçulmanos) rechaçaram-nos e usaram máquinas de guerra e reuniram-se os auxílios de Córdoba contra eles. Os majūs foram vencidos e perderam cerca de 500 homens. E foram-lhes capturados quatro navios e respetivas cargas. E Ibn Wasim mandou queimá-los e vender o que continham de despojos. Depois travou-se uma batalha na vila rústica de Talyata [Tablada] (...) na qual morreu elevado número de homens de sua parte, sendo queimadas trinta das suas naves (...). Os outros [vikings] embarcaram nos seus navios e dirigiram-se para Niebla, donde partiram depois para Lisboa, ficando suspensa a notícia deles." (Ibn Idhāri al-Marrākushi (1), pp. 141-144).

Este segundo relato realça o aviso de Lisboa, a que o emir responde com recomendações de vigilância, algo compreensível pois os muçulmanos não possuíam, pelo menos no Ġarb, meios para fazer frente aos *majūs* (Picard, 1997, p. 72).

O avanço *viking* é avassalador: os termos de Lisboa, Cádiz e Sidónia são arrasados, seguindo-se a ocupação de uma Sevilha sem muralhas para se defender. Neste relato não surge a referência a um avanço *viking* em direção a Córdoba, tendo estes permanecido sete dias em Sevilha, o que dá tempo a 'Abd al-Rahmān II para mobilizar um exército, e engendrar a contraofensiva.

Por fim, realçar como ambos os relatos são unânimes em apresentar a ofensiva *viking* como causa da fortificação de Sevilha.

O terceiro relato pertence a Luis de Marmol (1520-1600), escrivão da Real Chancelaria de Granada, que passou alguns anos de sua vida na Argélia, onde aprendeu árabe, tendo publicado *O Descripción General de África, sus guerras y visicitudes, desde la fundación del mahometismo hasta el año de 1571*. Nesta obra reuniu textos de vários autores árabes, sendo o excerto que se segue retirado da obra de 'Īsā al-Rāzī (m. 980), filho do famoso geógrafo andaluz Aḥmad al-Rāzī (888-955), cuja obra terá completado. No entanto, os originais das obras de ambos encontram-se perdidos, só se conhecendo, no caso de 'Īsā al-Rāzī, por meio das referências que lhe fazem outros autores, e no caso de Aḥmad al-Rāzī, por força de uma



tradução, presente na *Crónica Geral de Espanha de 1344*, que por sua vez foi feita com base numa tradução da sua obra, para português, mandada fazer numa data anterior a 1315, pelo rei português D. Dinis, tradução essa que, atualmente, também se encontra perdida.

“Reinando Abderramão II (...) vieram os ingleses [*sic*] a Espanha com uma grossa armada. E o primeiro porto em que saíram foi Lisboa. E tiveram-na cercada e fizeram muito dano em seu termo. E romperam o muro sobre o mar. (...) Vendo os ingleses que não lhes aproveitava a sua porfia, levantaram o cerco, foram sobre Cádiz e tomaram-na. E juntaram-se com eles outros navios dos cristãos, foram a Sevilha e tomaram-na por força. E dali passaram a cercar Xerez. E estando sobre ela, juntou Abderramão seu poder e foi contra eles e venceu-os. E matando gente infinda, queimou a maior parte de seus navios e cobrou Sevilha e Cádiz, segundo diz Ibn Arrazí na sua história.” (Luis de Marmol, p. 171).

Este relato é interessante pois insere, pela primeira vez, o pormenor de que os *vikings*, uma vez em Cádiz, terão recebido o apoio de “outros navios dos cristãos”. Como acima foi referido, esta circunstância dever-se-á à fragmentação da frota ao longo do seu avanço, ou seja, enquanto o grosso da frota seguiu para Cádiz, uma porção terá rumado a Medina-Sidónia, como referido nos dois primeiros relatos, e após o saque dessa região, voltado a reunir-se com a frota principal, em Cádiz, seguindo depois rumo a Sevilha.

O último relato pertence a al-Nuwayrī (1279-1333), historiador egípcio que escreve o seu *Nihāyat al-arab* sob domínio mameluco, baseando-se especialmente em Ibn Ḥayyān, mas inserindo também informações de fontes hoje perdidas.

“No ano 230 (18 de setembro de 844 – 6 de setembro de 845), os *majūs* (pagãos) que ficaram na parte mais recuada de Espanha fizeram uma invasão ao país dos muçulmanos. Mostraram-se primeiramente em Lisboa em Dlhija do ano 229 (20 de agosto a 17 de setembro de 844) e aí permaneceram treze dias durante os quais os muçulmanos lhes deram muitos combates. Seguidamente dirigiram-se para Cádiz e daí para a província de Sidónia. (...) (Depois da conquista e expulsão de Sevilha) os normandos retornaram a Nielba onde correram a região (...). Depois dirigiram-se a Ossónoba [Faro] e daí a Beja. De seguida regressaram a Lisboa e deixaram as costas de Espanha, de maneira que não se ouviu falar mais deles e se tranquilizaram.” (al-Nuwayrī, pp. 275-278)

Este último relato da primeira incursão apresenta a retirada normanda pela costa do Algarve e do Alentejo. O ataque na região de Beja pode dar a entender que os *majūs* terão subido o Guadiana até ao coração do Alentejo, posição defendida por Franco-Sánchez (Franco-Sánchez, 2018, pp. 125-126). Uma outra possibilidade advém de uma eventual adulteração do

texto original, fruto de erros de copistas tardios pois, segundo Huici Miranda, era comum a confusão entre “Beja” e “Tejo” (Ibn Idhāri al-Marrākushi (2), p. 160, nota 2), pelo que seria possível que relato se referisse a uma nova incursão pelo Tejo. No entanto, seguidamente indica que, depois de Beja, os *majūs* retornam a Lisboa, referência que não se adequaria se os *vikings* já estivessem no Tejo, visto que teriam de passar por Lisboa para o atingir, pelo que é possível que o termo esteja correto. Estando correto, uma última hipótese – aqui considerada a mais plausível – relaciona-se com o facto da costa do atual Alentejo corresponder, no geral, à costa da *kura* de Beja, pelo que o cronista poderia estar a referir-se a raides ao longo da costa alentejana, entre o rio Sado e o cabo de São Vicente, enquanto se dirigiam para Lisboa.

Sintetizando a informação disponível sobre esta primeira ofensiva, é unânime que Lisboa é a primeira praça muçulmana a tomar contacto com a incursão *vikings*.<sup>9</sup> Ao avistamento seguiu-se o aviso, por meio de uma carta enviada ao emir, e o desembarque dos *majūs*. Aparentemente poderá ter-se registado uma fugaz imposição de poder pelos *vikings* em Lisboa, como sugerem Ibn al-Qūṭiyya (“tomaram a terra de Lisboa”) e al-Nuwayrī (“e aí [Lisboa] permaneceram por treze dias”). O relato de Luis de Marmol inclui a curiosa referência de que os *vikings* “romperam o muro sobre o mar”, ou seja, terão conseguido destruir parte da muralha de Lisboa, aparentemente da sua região portuária, pelo que é provável que tenham conseguido penetrar na cidade. Portanto, não sendo certo que tomaram Lisboa, os *vikings* terão, pelo menos, aportado na região, onde permaneceram por algum tempo, dedicando-se ao saque. Estes acontecimentos em Lisboa, no entanto, não parecem ter tido consequências imediatas, tanto que só são recrutadas tropas pelo emir quando a frota dos *majūs* atinge Sevilha, mais de um mês depois dos confrontos em Lisboa<sup>10</sup>. Este atraso pode ser compreendido não só à luz do efeito de surpresa do próprio ataque, mas também da incapacidade de Córdoba de recrutar tropas, tanto que o emir teve de pedir o auxílio de Mūsā

---

<sup>9</sup> Esta incursão terá aportado primeiro na Galiza – como será regra com as restantes – na região da Corunha. Aqui, serão vencidos e repelidos por Ramiro I. Em relação a Lisboa, o facto de, na volta, os *vikings* “regressarem” a Lisboa, sem que nenhum tipo de confronto seja referido, parece indicar que terão tomado o controlo da cidade (Pires, 2018, pp. 62-63).

<sup>10</sup> Picard situa o aviso de Lisboa em 20 de agosto de 844, e a chegada a Sevilha entre 25 e 27 de setembro, um avanço relativamente lento. De igual forma, destaca que a ausência das tropas do ocidente, que terá facilitado o saque da região para os *vikings*, se deveu à participação destas numa campanha em Córdoba, integrados no exército emiral (Picard, 1997, p. 72).

ibn Qāsī, líder dos Banū Qāsī, que administravam a Marca Superior, e que tinham uma relação algo instável com o poder central. O rumo seguido pelos *vikings* até Sevilha levanta algumas questões. Considera-se hoje que, chegando a frota *viking* à foz do Guadalquivir, uma parte terá seguido para Medina-Sidónia e Cádiz, enquanto a maioria subiu o Guadalquivir, tendo estabelecido acampamento na Ilha Menor. Desta ilha, a frota segue para Cória, depois para Tablada, e só então tomam Sevilha (Franco-Sánchez, 2018, pp. 124-126; Mazzoli-Guintard, 1996, p. 28). Tomada a cidade do Guadalquivir, e após sete dias de saque, os *majūs* são derrotados numa batalha campal, que surge na sequência de uma emboscada das forças muçulmanas. Quanto à rota de retirada, após serem expulsos de Cádiz, Niebla e Tablada, os *vikings* terão seguido rumo a Lisboa, tendo passado pela *kura* de Ossónoba, sensivelmente o atual Algarve, e por Beja, não ficando claro se terão, efetivamente, passado por esta última cidade, ou somente pelas costas da sua *kura*. Sabe-se, hoje, que a hipótese de terem seguido para oriente foi um erro de Ibn al-Qūṭīyya, que confundiu a primeira com a segunda incursão visto que, nesta última, como se verá, os *vikings*, após serem derrotados, seguem efetivamente para oriente.

O temor de uma nova ofensiva *viking* terá sido de tal ordem que:

“Então, para precaver qualquer eventualidade, Abderramão ordenou que se construísse um arsenal em Sevilha e que se fabricassem barcos. Preparou-se o estabelecimento recrutando homens do mar das costas do al-Andalus a quem se deram bons soldos e proveu de máquinas para lançar alcatrão fervente [nafta – *al-naft*].” (Ibn al-Qūṭīyya, p. 169)

Por fim, é também interessante notar a incapacidade de resposta por parte das figuras que administravam a região ocidental do al-Andalus, como bem explicita Ibn al-Qūṭīyya, se bem que o facto de este escrever ao serviço do Califado de Córdoba imponha uma análise cuidada das suas palavras, pelo natural desejo de exaltar as ações levadas a cabo pelas autoridades do poder central de Córdoba. No entanto, todas as descrições são unânimes em afirmar que a resposta só será efetivada com o exército emiral recrutado por ‘Abd al-Rahmān II, pelo que é clara a incapacidade militar do ocidente.

### **Segunda incursão (858/9-861)**

A segunda incursão dos *vikings* no al-Andalus desperta, ainda hoje, algumas dúvidas, especialmente ao nível da datação da mesma. Estas dúvidas advêm da disparidade nas

datações apresentadas pelos cronistas que descreveram os acontecimentos. A *Crónica Profética* descreve um ataque contra Lisboa no ano de 858, ao passo que a *Crónica Albeldense* refere uma incursão *viking* derrotada na Galiza pelo Conde Pedro, e a *Crónica de Afonso III* descreve uma incursão na Galiza, ambas sem mais nenhuma referência cronológica que não o reinado de Ordonho I (Pires, 2018, pp. 67-73). Os *Anais de São Bertino*, por sua vez, referem uma expedição *viking* que atravessa o Estreito de Gibraltar e ataca o sul de França em 859 (Aguirre, 2013, pp. 60-61). Na cronística muçulmana também não se regista consenso, sendo que Ibn al-Qūṭiyya localiza a incursão no ano da Hégira de 244<sup>11</sup> (Ibn al-Qūṭiyya, p. 169), juntamente com al-Bakrī, que refere um ataque *viking* a Nakūr, em 858 (al-Bakrī (2), p. 184), ao passo que Ibn Idhāri a situa em 245<sup>12</sup> (Ibn Idhāri al-Marrākushi (1), pp. 157-158), bem como Ibn al-Athīr (Ibn al-Athīr, p. 234).

A posição maioritária entre os investigadores tem sido a de localizar a segunda incursão *viking* em 858 (Melvinger, 1986, p. 1118; Picard, 1997, p. 74; Franco-Sánchez, 2018, 127). No entanto, nenhum destes investigadores considerou a referência da *Crónica Profética*, nem as diferenças na datação apresentadas por Ibn Idhāri e Ibn al-Athīr, entre outros, como Ibn Ḥayyān e Ibn Ibn Khaldūn, que apontam unanimemente para 859.

No seu estudo, Sánchez Pardo (Sánchez Pardo, 2010, p. 62) já considera a referência ao ataque contra Lisboa, localizando a incursão em 858, ao passo que Branco Correia (Correia, 2016, p. 3), que também refere a ofensiva contra Lisboa, localiza o ataque em 858/9, sendo que, no entanto, não se debruçam sobre a disparidade de datações entre os autores muçulmanos.

Hélio Pires, por seu turno, apresentou a possibilidade de se tratar de dois momentos distintos, nomeadamente o ataque contra Lisboa, referido pela *Crónica Profética*, que terá atingido o Guadalquivir, como descreve Ibn al-Qūṭiyya, em 858, e uma segunda incursão, de maiores dimensões, como descreve Ibn Idhāri, no ano seguinte, em 859 (Pires, 2018, pp. 69-75).

Uma outra proposta de conciliação da datação das incursões proveio de Vítor Emanuel Aguirre. Na sua perspetiva a segunda incursão ocorreu efetivamente em 858, como o referem as fontes mais próximas dos acontecimentos, sendo que os erros de datação posteriores se terão devido ao facto de os autores que datam a segunda incursão em 859, como Ibn Idhāri,

---

<sup>11</sup>19 de abril de 858 a 7 de abril de 859.

<sup>12</sup>8 de abril de 859 a 27 de março de 860.

Ibn al-Athīr, Ibn Ḥayyān ou Ibn Ibn Khaldūn, se terem inspirado em Aḥmad al-Rāzī. Não sendo possível avaliar diretamente o texto de al-Rāzī, uma vez que o original se encontra perdido, Aguirre acredita que o erro se terá devido à estrutura da obra do geógrafo, dividida por anos, sendo provável que este tenha concentrado os acontecimentos num ano, para facilitar a sua compreensão, ou que tenha identificado os acontecimentos no ano em que os *vikings* primeiramente abandonaram o al-Andalus, portanto em 859, quando seguem para o sul de França, e não com o ano do primeiro impacto, em 858. Reforça a sua argumentação com o facto de al-Bakrī, que não terá tido contacto com a obra de al-Rāzī, referir o ataque a Nakūr em 858, integrado numa incursão *viking* vinda do al-Andalus (Aguirre, 2013, pp. 60-62).

Tendo em conta toda a argumentação acima apresentada, e sendo certo que não se dispõe, atualmente, de uma fonte que permita a resolução definitiva desta questão, parece-nos provável que a interpretação de Aguirre seja, de facto, a mais correta.

Assumindo, portanto, a cronologia proposta por Aguirre, e reproduzida pela maioria dos autores, será agora analisado o rumo da incursão, algo que já não oferece tantas dificuldades de análise como a definição cronológica.

A primeira referência advém da já referida *Crónica Profética* e versa: “Novamente vieram [os *vikings*] no mês de julho da Era de 896 [858] e fizeram muitos homicídios em Lisboa” (Pires, 2018, p. 67). Esta é a única referência cronística a um ataque a Lisboa integrado nesta segunda incursão *viking*. Inserindo neste contexto as referências da *Crónica Albeldense* e da *Crónica de Afonso III*, que como foi referido apenas mencionam um ataque *viking* durante o reinado de Ordonho I (850-866), que será vencido pelo Conde Pedro, segundo a *Albeldense*, parece provável que este ataque à Galiza esteja ligado ao de Lisboa, e que, portanto, a frota que atacou Lisboa tenha passado, antes, pela Galiza, como era frequente, tendo sido vencidos por um Conde local (Pires, 2018, p. 67; p. 73).

Apesar da destruição que terão causado em Lisboa, as referências dos cronistas muçulmanos demonstram como esta segunda incursão *viking* no al-Andalus já enfrenta uma maior preparação por parte dos muçulmanos, não tendo o mesmo efeito de choque da primeira.



O primeiro relato muçulmano aqui transcrito é bastante curto, visto que se trata do culminar do texto de Ibn al-Qūṭiyya, tendo como propósito exaltar o sucesso das medidas do emir, e não a descrição desta nova incursão.

“Deste modo, quando os normandos fizeram a segunda incursão no ano de 244, no tempo do emir Mohâmade<sup>13</sup>, saíram-lhes (os muçulmanos) ao encontro na embocadura do rio de Sevilha e foram postos em fuga (os *vikings*). Queimaram-lhes alguns navios e foram postos em fuga.” (Ibn al-Qūṭiyya, p. 169)

O segundo relato pertence a Ibn Idhâri, configurando-se como a descrição mais detalhada desta segunda incursão.

“No mesmo ano (245), os *majūs* reapareceram com 62 navios na costa ocidental [do al-Andalus]. Mas acharam o mar guardado de navios dos muçulmanos bem apostos, que percorriam do litoral de França ao da Galiza. Dois navios inimigos adiantaram-se mas não escaparam à vigilância dos nossos. E indo no encalço dos dois navios na parte do distrito de Beja, apresaram-nos com a sua carga de ouro, prata, escravos e provisões. E passaram as demais naves dos *majūs* pela costa até chegarem à foz do Guadalquivir. O emir fez sair tropas comandadas por ‘Isa ibn al-H’asan, e a população juntou-se-lhe de todas as partes. A frota inimiga seguiu para lá da foz do Guadalquivir até Algeciras onde desembarcaram e apoderaram-se dela e incendiaram a mesquita maior. Depois passaram ao litoral setentrional de África, onde se entregaram a todos os excessos, voltando em seguidas à costa do Andaluz tendo-se juntado na costa de Tudmir. Logo passaram ao castelo de Orihuela, chegando finalmente a França, onde invernavam (...) até que voltaram à costa de Andaluz em tempo que se lhes tinham ido mais de 40 dos seus navios. E encontraram-nos os navios do emir Mohammed e apresaram na costa de Sidónia dois dos seus batéis, que continham muitas riquezas; com o que se foi o resto dos inimigos.” (Ibn Idhâri al-Marrākushi (1), pp. 157-158)

É visível que já havia sido preparada uma manobra de patrulhamento da costa do al-Andalus, talvez em consequência do ataque contra Lisboa referido pela *Crónica Profética*, com “o mar guardado de navios muçulmanos”, o que poderá ser uma referência ao aumento do número de pequenos portos, ao longo da costa, albergando embarcações que patrulhavam a costa, ou mesmo a operações regulares de patrulhamento da costa, por parte da frota construída e estacionada em Sevilha.

A manobra defensiva muçulmana não será, no entanto, efetiva. Os *majūs* conseguem ludibriar a guarda da costa, ao usar duas embarcações como isco, que atraem, para a região da

---

<sup>13</sup> Moḥammad I (852-886)

costa alentejana, as embarcações que patrulhavam a costa, permitindo que o grosso da frota atinja a foz do Guadalquivir. No entanto, o avanço *viking* é repellido pelas forças emirais aparentemente, numa primeira fase, sem combate. Os *majūs* seguem para Algeciras, que saqueiam, sendo depois, segundo Franco-Sánchez, intercetados pela frota muçulmana, perto de Sidónia, onde dois barcos são queimados com recurso a nafta (Franco-Sánchez, 2018, p. 127), algo que pode ser depreendido das palavras de Ibn al-Qūṭiyya, quando refere “queimaram-lhes alguns navios”. Derrotados, os *vikings* acabam por seguir pelas costas do Šarq e do Magreb – ter-se-á, novamente, separado uma porção da frota, que seguiu para Arzila e Nakūr, ao passo que a maioria da frota seguiu pelo Šarq, tomando Orihuela –, invernando no sul de França (Pires, 2018, pp. 70-74; Franco-Sánchez, 2018, p. 128).

Este avanço terá mutilado profundamente a frota *viking*, tanto que quando retornam ao al-Andalus, em 860 ou 861<sup>14</sup>, são completamente desbaratados pelos muçulmanos nas imediações da foz do Guadalquivir.

O último relato que se apresenta desta segunda incursão é da autoria de al-Nuwayrī, baseado na descrição de Ibn al-Athīr, sendo novamente visível como a questão cronológica apresentou dúvidas aos próprios cronistas, visto que o autor localiza o ataque em 246.

“No ano de 246, os Majūs vieram atacar a Espanha nos seus navios. Eles chegaram à província de Sevilha (...). Depois passaram para África, após o que voltaram para Espanha, e perante a fuga das tropas de Tudmir capturaram a fortaleza de Orihuela. Então avançaram até às fronteiras de França e fizeram incursões nesse país, obtendo muito saque e prisioneiros. Ao retornarem, encontraram a frota do emir Muhammad, e tendo combatido com ela (...). Os Majūs começaram a combater com fúria, de modo que um grande número de muçulmanos morreu como mártires. Os Majūs foram até a cidade de Pamplona e fizeram prisioneiro o franco Garcia, o senhor desta cidade. Este foi resgatado por noventa mil dinares.” (al-Nuwayrī, pp. 296-297)

Embora o relato seja parco em detalhes merece consideração, não só por confirmar, em linhas gerais, o relato de Ibn Idhāri, mas também por apresentar o curioso detalhe da captura do rei de Pamplona, García Íñiguez. Segundo Franco-Sánchez, esta captura será, mais uma

---

<sup>14</sup> Quanto à data de retorno, regista-se um maior consenso, sendo o ano de 861 apontado como o mais provável (Franco-Sánchez, 2018, p. 127; Ollero de Landáburu, 2016, p. 297). Hélio Pires realça, no entanto, que Ibn Idhāri refere que os *vikings* retomaram ao al-Andalus ainda no mesmo ano de 245, portanto em 860, sublinhando, no entanto, que tal indicação se pode dever a uma força que se tenha separado da frota principal e voltado a atacar o al-Andalus (Pires, 2018, p. 74).

vez, consequência da fragmentação da frota, tendo uma parte subido o rio Ebro até Pamplona<sup>15</sup>. O que restou da frota *viking*, incluindo os navios que haviam atacado as costas do Magreb, ter-se-á reunido e seguido para oriente, atacando a Catalunha, a Provença e chegando à Península Itálica. Depois terão retornado ao al-Andalus, em 861, sendo novamente desbaratados em batalha naval, e retornando à sua proveniência (Franco-Sánchez, 2018, p. 128).

Por fim, destaca-se o facto de os muçulmanos já terem sido capazes de vencer os *vikings* numa batalha naval, um claro espelho da evolução da capacidade militar do emirado de Córdoba, para o qual terá, seguramente, contribuído o uso de nafta, que 'Abd al-Rahmān II mandou instalar no rescaldo da primeira incursão, e cujo primeiro uso documentado, por parte de muçulmanos, remonta a 835 (Bosworth, 1995, p. 837), portanto somente nove anos antes.

#### *Terceira incursão (966)*

Numa cronologia bastante distinta das duas primeiras incursões, já no período de al-Hakam II (961-976), em que no al-Andalus já governavam os Califas de Córdoba, dá-se a terceira incursão *viking*.

“No 1º Rágebe do ano 355<sup>16</sup>, o califa Aláqueme II recebeu uma carta de Cácer Abú Déniz [Alcácer do Sal]. Dizia que uma frota de normandos se mostrara no mar do Ocidente (...); e enfim que a frota se compunha de 28 navios. (...) os pagãos haviam pilhado aqui e ali e tinham chegado à planície de Lisboa. Os muçulmanos marcharam contra eles e deram-lhes batalha (...). Seguidamente a frota muçulmana saiu do porto de Sevilha e atacou a dos normandos na ribeira de Silves. Os nossos puseram vários navios normandos fora de combate, libertaram os prisioneiros muçulmanos que aí se encontravam, mataram um grande número de infiéis e puseram os restantes em fuga. (...) No mesmo ano, Aláqueme deu a Ibne Fotaiz [Ibn Futays] ordem para aparelhar a frota no rio de Córdoba e mandar construir navios no modelo dos normandos (que Alá os aniquile!). Esperava que eles tomassem estes navios pelos seus e que se aproximassem.” (Ibn Idhāri al-Marrākushi (1), pp. 174-175)

---

<sup>15</sup> Não existe consenso quanto à forma como foi efetivado este ataque a Pamplona, sendo que alguns investigadores consideram que seria demasiado complexo subir o Ebro, sem conhecer a região, sendo mais credível que os *vikings* tenham penetrado em Pamplona através do Golfo de Biscaia, no norte de Espanha, pelo que este momento se teria dado já aquando da retirada muçulmana, após a derrota de 861 (Ollero de Landáburu, 2016, p. 286).

<sup>16</sup> 23 de julho de 966.

O primeiro pormenor de realce é o facto de já ser Alcácer do Sal, e não Lisboa, a dar o aviso da aproximação dos *vikings*. Em seguida destaca-se a rápida resposta muçulmana, com o envio da frota de Sevilha, que interceta os *majūs* no rio Arade – pelo que o alvo seria, presumivelmente, Silves -, onde obtém uma esmagadora vitória. Por fim é de realçar a ordem de al-Ḥakam II para que sejam construídos navios “no modelo dos normandos”, situação que pode ser exemplificativa dos avanços tecnológicos que estas incursões terão impulsionado.

### Considerações finais

As incursões *vikings*<sup>17</sup> configuraram-se como um importante impulso para o desenvolvimento e dinamização do ocidente peninsular, especialmente da região hoje portuguesa, à data particularmente subdesenvolvida, no contexto do Ġarb al-Andalus.

Desde logo, desempenharam um papel de destaque no estímulo do desenvolvimento da capacidade muçulmana de navegar no oceano Atlântico e, também, de guerrear no mar.

Como consequência dessa maior capacidade, e interesse, em navegar o Atlântico, assistiu-se a um desenvolvimento de várias praças da região, fruto do maior volume comercial, acompanhado pelo desenvolvimento militar, ao nível de infraestruturas e capacidade bélica, associado à percepção da necessidade de assegurar a defesa da costa ocidental do al-Andalus.

Neste contexto, assistiu-se a uma consciencialização do poder central para a necessidade de melhor assegurar o seu controlo desta região, empreendimento que, no entanto, será moroso.

Por fim, é de realçar como estas incursões foram, também, um fator determinante para a disseminação de um ideal religioso-militarista, nascido no oriente, mas popularizado nas costas de Ifrīqiya, o *ribāṭ*.

### *Navegabilidade do Atlântico*

---

<sup>17</sup> Ibn Ḥayyān regista mais duas aproximações *vikings*, em 971 e 972, que serão analisadas abaixo. Por sua vez, a Galiza terá continuado a ser visitada pelos *vikings* durante os sécs. X e XI, tanto que a maior campanha *majūsī* no território da Galiza será o grande saque do território entre o Douro e o Aves, que se estendeu de julho de 1015 a março de 1016 (Pires, 2018, pp. 79-118).



O desenvolvimento económico e comercial de cidades como Lisboa, Šantmariyya al-Ġarb e Silves acaba por estar intimamente relacionado com a evolução da capacidade muçulmana de navegar o Atlântico, que permitiu o fortalecimento das relações comerciais destas cidades com o oriente, com o Mediterrâneo e, especialmente, com o Magreb. Um episódio relatado por al-Idrīsī, se bem que de veracidade duvidosa (Chrystis, 2012, p. 455), conhecido como a história dos “Aventureiros de Lisboa” ajuda a ilustrar como se registou uma maior abertura, por parte das próprias populações, a navegar o Atlântico.

“Foi de Lisboa que partiram os Aventureiros quando da sua expedição que tinha como objetivo saber o que o oceano encerra e quais são os seus limites (...). Reuniram-se oito homens (...). Depois de terem navegado uns onze dias chegaram a um mar cujas ondas espessas exalavam um odor fétido (...). Receando perecer, mudaram a direção das velas e correram para o sul durante doze dias e atingiram a ilha dos Carneiros, assim chamada porque numerosos rebanhos de carneiros pastavam sem pastor e sem ninguém para os guardar. (...) Tomaram e mataram alguns carneiros, mas a carne era tão amarga que era impossível comê-la. Só guardaram as peles. Navegaram ainda doze dias e acharam uma ilha que parecia habitada e cultivada. Aproximaram-se para a reconhecer. Pouco tempo depois foram cercados por barcos, feitos prisioneiros e levados para uma vila situada à beira-mar. Entraram seguidamente numa casa onde viram homens de alta estatura, de cor ruiva, pouco peludos, que traziam cabelos compridos (...). Ficaram três dias nessa casa. Ao quarto dia veio um homem que falava a língua árabe (...). No dia seguinte foram apresentados ao rei (...) [contam a sua história ao rei, que revelou que o seu pai enviara escravos seus numa missão semelhante, tendo voltado ao fim de um mês quando “faltou a claridade dos céus”] Voltaram, pois, à prisão, e aí ficaram até que, tendo-se levantado vento do oeste, lhes vendaram os olhos e os fizeram entrar numa barca. “Corremos – dizem eles – três dias e três noites e atingimos seguidamente uma praia onde nos desembarcaram de mãos amarradas atrás das costas e nos abandonaram (...). Finalmente, tendo ouvido risos e vozes humanas começamos a gritar. Então alguns habitantes daquela região vieram ter conosco (...). Eram berberes. Um deles disse-nos:

“- Sabeis qual é a distância que vos separa do vosso país?

“E à nossa resposta negativa, acrescentou:

“- Entre o ponto em que vos encontrais e a vossa pátria há dois meses de caminho.

“Aquele que parecia o mais importante dizia sem cessar: - “Uaçafi” (ai de mim!). Eis porque o nome do lugar é ainda hoje Safim. É o porto de que falámos já como ficando na extremidade do ocidente” (Al-Idrīsī (1), pp. 223-225)

Esta história, mesmo que, sublinha-se, de veracidade duvidosa, e sem referências cronológicas, expõe uma realidade que se terá começado a registar, a navegação do Atlântico por iniciativa privada, demonstração de que o “Mar Tenebroso” já não se apresentava como

um obstáculo intransponível, percepção para a qual o combate às incursões *vikings* terá, certamente, contribuído.

*Desenvolvimento económico e comercial*

Fruto do aumento da capacidade de navegar o Atlântico, algumas das cidades portuárias do Ġarb al-Andalus, como Šantmariyya al-Ġarb e, especialmente, Lisboa e Silves, começam a desenvolver-se, desfrutando do aumento da atividade comercial.

O caso de Šantmariyya al-Ġarb será aquele em que se regista uma menor expressão deste desenvolvimento, numa primeira fase, visto que, aquando da *fitna* do séc. IX era, ainda, uma cidade pouco desenvolvida (Picard, 1997, p. 69). No entanto, aquando da desintegração do Califado de Córdoba em Reinos de Taifa (1013-1091), Šantmariyya al-Ġarb conseguirá estabelecer um domínio independente que resiste, entre 1016 e 1052, à força centralizadora da maior Taifa do sul da Península, Sevilha.

A capitalização do mar, no caso de Lisboa, é visível na descrição que al-Bakrī faz desta cidade, no séc. X: “[Lisboa] ajuntou em si as bondades do mar (...)” (al-Bakrī (1), p. 37) sendo a sua saúde comercial exaltada aquando da conquista portuguesa de 1147: “É rica em qualquer mercadoria, seja de artigos de luxo seja de uso corrente.” (*A Conquista de Lisboa aos Mouros*, p. 77). Para este desenvolvimento de Lisboa, muito terá contribuído a sua posição enquanto principal porto da Taifa de Badajoz (1013-1094), situação que também terá beneficiado Alcácer do Sal (Fernandes, 2005, p. 50; Picard, 1997, pp. 384).

Em relação a Silves, deve-se realçar a relevância que assume logo no rescaldo da primeira incursão, sendo do seu porto que terá saído uma embaixada à Escandinávia para negociar a paz com os *vikings*. Embora não se registre acordo quanto à veracidade deste relato (Christys, 2012, pp. 456-458), considerado por alguns como uma apropriação da descrição da embaixada enviada a Constantinopla, visto que o embaixador foi o mesmo, al-Ghazāl, e que foram relatados eventos semelhantes nas duas embaixadas, como a entrada na sala onde se deu a audiência com o rei por uma porta pequena, para que tivesse de se ajoelhar, para além de algumas incongruências históricas, como quando é referido que os *vikings* “(...) eram pagãos (*majūs*) mas agora já são cristãos (...)” (Ibn al-Qūṭiyya, p. 173). Não obstante a discutível veracidade deste episódio, o facto de Silves ser referida como o porto de onde parte a

embaixada ilustra a relevância que esta cidade terá adquirido. De igual forma, destaca-se o seu grande desenvolvimento cultural, tanto que chega a ser apelidada de “Bagdad do Ocidente”, sendo exaltada pelos seus poetas, e pela pureza do árabe: “A sua gente e os habitantes (...) que se expressam num árabe fluente. Falam em poesia, sendo eloquentes, habilidosos, tanto a elite como as pessoas vulgares.” (al-Idrīsī (3), p. 128). Aquando das Taifas, em Silves o poder foi tomado por um *qāḍī* - Muḥammad ibn Muzayn (em 1048/49) -, mantendo-se uma forte ligação à tradição omíada pelo que o comércio naval, essencialmente com Magreb, continuou a conhecer grande desenvolvimento (Picard, 1997, pp. 107-108). Só em 1063 Sevilha impõe a sua autoridade, prova do desenvolvimento atingido.

#### *Consciencialização do poder central*

De igual forma, as incursões *vikings* serão um importante fator para uma maior consciencialização do poder central face ao ocidente da Península, não só da necessidade de assegurar a sua defesa, mas também de o integrar no seu controlo direto (Picard, 1997, p. 76). Este interesse, que já se manifestava desde 835, quando se concluiu a construção da fortaleza que ‘Abd al-Raḥmān II mandou erigir em Mérida, um símbolo do poder central, agudizou-se após as incursões *vikings*, com a fortificação do porto de Sevilha, e construção do seu arsenal, ou com a construção da mesquita aljama de Santarém (Correia, 2016, p. 8). Esta imposição de poder na região, no entanto, levou algum tempo a efetivar-se, essencialmente devido à instabilidade local, com destaque para a grande rebelião de Ibn Marwān *al-Jillīqī*, que consegue, entre 884 e 889, estabelecer um domínio pessoal sobre grande parte do ocidente, coroado com a fundação de Badajoz. De igual forma, o volume crescente de ataques cristãos na região, especialmente durante o reinado de Afonso III das Astúrias, que em 868 conquista Coimbra, terão também contribuído para esta instabilidade. A integração efetiva do Ġarb al-Andalus na malha do poder central só se dará com ‘Abd al-Raḥmān III que, em 929, destrói completamente as muralhas de Beja, impondo de forma clara a sua autoridade (Torres, 1997, pp. 376-377).

#### *Desenvolvimento militar*

A nível militar destaca-se, desde logo, o estabelecimento do primeiro estaleiro naval dedicado ao “Mar Tenebroso”, em Sevilha, sinal de uma mudança de paradigma. Mérida, até então a cidade mais importante do Ġarb, perde relevância em favor de Sevilha, não só pelas constantes revoltas de Mérida, mas também por Sevilha oferecer algo que, até então, fora irrelevante, mas que graças às incursões *vikings* se tornou fulcral: acessos navais.

De igual forma, destaca-se o desenvolvimento de Alcácer do Sal, que se converte, presumivelmente após a terceira incursão (966), e seguramente antes de 997, na base da frota de guerra da costa atlântica. O facto de, aquando da terceira incursão, o aviso já ser dado por Alcácer do Sal é um pormenor ilustrativo, muito provavelmente, da primazia naval da cidade na região, pelo menos ao nível militar, ultrapassando Lisboa. É digno de realce, também, o facto de tanto a segunda como a terceira incursões serem repelidas pela frota de Sevilha – que depois será tresladada para Almería –, fator ilustrativo da evolução de uma região que, aquando da primeira incursão, não conseguiu apresentar qualquer tipo de resposta, cabendo ao emir a responsabilidade de expulsar os *vikings*. A grande campanha de Abī Amir *al-Mansūr* (938-1002), o *hājib* que lidera os destinos do al-Andalus entre 981 e 1002, contra Santiago de Compostela, em 997, apresenta-se como o corolário desta evolução da capacidade militar muçulmana na costa ocidental do al-Andalus, com a frota muçulmana a ser construída e armada em Alcácer do Sal (Picard, 1997, p. 82)<sup>18</sup>.

No campo do desenvolvimento militar deve, também, ser realçada a evolução da capacidade de resposta muçulmana num contexto de guerra naval. Isto porque, na primeira incursão, as forças emirais só conseguem repelir os *vikings* em batalha campal, situação que já não se verifica na segunda incursão, onde os muçulmanos não só vencem em batalha naval, como o fazem empregando nafta, uma tecnologia que, como foi exposto, era de uso recente entre os muçulmanos. Este último ponto é relevante, pois permite olhar para as incursões, também, como fator dinamizador do desenvolvimento tecnológico na guerra naval muçulmana. De facto, esta é a primeira vez que se regista o uso de nafta no al-Andalus, uma substância cuja receita ainda hoje é desconhecida, mas que seria semelhante ao fogo-grego com

---

<sup>18</sup> “Por ordem de Almançor, fora reunida uma importante frota em Alcácer do Sal, situada na costa ocidental do Andaluz. Nela haviam de transportar-se diversos corpos de infantaria, os aprovisionamentos e as armas. Com tais preparativos, podia confiar em levar a sua empresa até ao fim” (Ibn Idhāri al-Marrākushi, pp. 232-233).

que os Bizantinos queimam a frota muçulmana, no cerco de Constantinopla de 678 (Nisa, 2017, p. 448). De igual forma, no final da terceira incursão o Califa dá ordem para que se construam navios “do modelo dos normandos”, alegadamente para tomarem parte de um estratagema para iludir futuros raides. Talvez seja algo redutor analisar esta passagem no seu sentido estritamente literal. A verdade é que, antes das incursões, os muçulmanos tinham pelo menos desinteresse, e muito possivelmente dificuldade ou incapacidade, em navegar o Atlântico, como é visível na sua categorização como “Tenebroso”. No entanto, apenas 20 anos após esta última incursão, o Califado de Córdoba já é capaz de realizar uma operação naval de grande envergadura, contra Santiago de Compostela, através da costa atlântica, a primeira operação desta tipologia que os muçulmanos empreendem nesta costa, o que poderá também estar relacionado o avanço tecnológico que o contacto com os navios *vikings*, construídos para aguentar as intempéries características do Atlântico Norte, terá permitido.

De igual forma, a evolução muçulmana é visível, não só ao nível da capacidade militar em guerra naval, mas também da prontidão da resposta. Disso temos um exemplo em 971, quando um embaixador cristão alerta o Califa para a presença de uma armada *viking* no “Mar Setentrional”, algures entre o Golfo da Biscaia e o norte do atual Portugal. Neste sentido, o califa ordena a mobilização de uma frota e de um exército terrestre (Ibn Ḥayyān, pp. 50-51), que sai em perseguição dos *vikings* como descreve Ibn Ḥayyān:

“(…) os *majūs* terão com certeza sabido que o califa al-Mustansir bi-llāh se apressava para lhes fazer frente. Que tinha tomado as suas medidas contra eles. Que havia enviado na sua direção o chefe das suas operações militares, o caide e vizir Gālib ibn ‘Abd al-Raḥmān, que havia saído por terra para se encontrar com eles. Que também iam apanhá-los os almirantes com as frotas. E que, por fim, se dirigiam contra eles admiráveis exércitos e poderosas frotas. Ao saber disto, os inimigos de Deus (...) retrocederam fugitivos e frustrados (...)” (Ibn Ḥayyān, pp. 76-77).

No ano seguinte, em 972, voltam a ser avistados *vikings* na costa ocidental de Península Ibérica.

(...) chegaram a Madīnat al-Zahrā’ o estribeiro-mor Ziyād ibn Aflah e o *sāhib al-šutra al-‘ulyā* Hišām ibn Muhammad, caide da aceifa, de regresso da sua campanha pelas costas do Algarve, em perseguição dos *majūs* normandos (Deus os condene!) que rondavam pela região. Foram recebidos pelos Príncipe dos Crentes, a quem informaram do cumprimento da sua missão e da realização do seu propósito, dizendo-lhe que haviam chegado à cidade de Santarém, ponto extremo daquela comarca, onde haviam tido notícias certas de que os normandos (Deus os maldiga!) haviam desistido de avançar contra os muçulmanos, ao saber que estes iam ao seu encontro e se preparavam para

os atacar, por terra e por mar, e haviam retrocedido em rápida retirada.” (Ibn Ḥayyān, pp. 116-117).

Mais uma vez, não surgem quaisquer referências a enfrentamentos militares, pelo que parece natural assumir que a rápida capacidade mobilizadora desenvolvida pelos muçulmanos funcionará como elemento dissuasor de futuras incursões *vikings*, que não mais se registrarão no al-Andalus, ao contrário do que ocorre na Galiza, como acima foi referido.

Como consequência desta evolução do potencial naval no ocidente peninsular, os muçulmanos conseguem impor o seu domínio na costa Atlântica da Península Ibérica, domínio, esse, que só será contestado por Portugal, no séc. XII, e que só será definitivamente perdido como consequência do avanço territorial português, mantendo-se, no mar, a primazia muçulmana<sup>19</sup>.

Ter-se-ão desenvolvido, também, variadas estruturas de patrulhamento da costa, desde fortificações, com o caso mais famoso do “Castelo dos Mouros, em Sintra, mas também de torres, faróis e atalaias, muitas das quais hoje apenas se podem identificar por referências de fontes, ou da toponímia, por consequência dos materiais perecíveis com que normalmente eram construídas (Correia, 2016, pp. 4-24; Picard, 1997, pp. 83-92).

#### *Religiosidade militarista*

Neste contexto de uma maior militarização da costa atlântica, as ofensivas *vikings* terão um papel de tremenda importância no campo da religiosidade militarista. Esta realidade é perceptível, especialmente, ao nível de prática do *ribāṭ*<sup>20</sup>, num contexto similar ao que ocorreu

---

<sup>19</sup> A título de exemplo, entre 1177 e 1191 deram-se uma sequência de batalhas navais entre portugueses e muçulmanos, na costa atlântica, tendo as forças muçulmanas obtido sucessivas vitórias (Ibn Idhāri al-Marrākushi (2), pp. 29-40; *Crónica de Portugal de 1419*, pp. 78-79). Somente com o concurso de frotas cruzadas - como as que em 1147 apoiaram a conquista de Lisboa, ou em 1189 a conquista de Silves -, os portugueses conseguiram algum ascendente naval sobre os muçulmanos.

<sup>20</sup> Por não ser este o tema deste estudo, não será feita uma análise profunda do ideal de *ribāṭ*. Importa, no entanto, realçar que o *ribāṭ* se constitui como um ideal religioso-militarista de apelo à defesa das fronteiras do *dār al-Islam*, uma espécie de “*jihād* passiva”, que se começa a formar no oriente nos meados do séc. VII, quando as conquistas do Império Islâmico estabilizam, e deixa de ser possível apelar aos fiéis para que participassem na *jihād* ofensiva. Ou seja, o ideal de *ribāṭ* impelia os fiéis a deslocarem-se para as fronteiras, onde permaneceriam a vigiar, sendo o seu eventual papel militar fruto de ofensivas inimigas, as quais poderiam ajudar a repelir, não sendo, portanto, um ideal que implicasse, obrigatoriamente, a participação em confrontos militares, e caso se registasse essa participação, nunca seria em atividades militares ofensivas, mas sim defensivas. Esta prática evoluirá, especialmente no al-Andalus, para uma manifestação eminentemente ascética. O ascetismo formava parte integrante da prática do *ribāṭ* desde o início, pois enquanto os voluntários - *murābiṭūn* - permaneciam nas fronteiras,

em Arzila. Nesta cidade magrebina, as ofensivas *vikings* despertaram o fervor religioso da população, que constrói e ocupa um espaço onde se impelia à prática do *ribāṭ*<sup>21</sup>. No Ġarb al-Andalus a prática do *ribāṭ* começa a ser documentada em cronologias imediatamente posteriores às ofensivas *majūs*, manifestando-se na ocupação de espaços litorais, essencialmente do Atlântico, nas regiões em redor de Lisboa e Silves, mas também do Douro, onde os voluntários vigiariam as costas, enquanto se dedicariam a atividades ascéticas (Picard, 2007). No Ġarb al-Andalus esta prática atinge o seu zénite entre os séculos X e XI, essencialmente enquanto prática espiritual, desmilitarizada. Atualmente, na Península Ibérica, conhecem-se vestígios arqueológicos de dois lugares certamente associados com a prática do *ribāṭ*, nomeadamente a *Rábita* de Guardamar de la Segura, no Levante peninsular, e o *ribāṭ* da Arrifana, no ocidente.

### Referências bibliográficas

#### *Fontes primárias:*

*A conquista de Lisboa aos mouros: relato de um cruzado*. Trad. Aires de Nascimento. Lisboa: Vega, 2001;

AL-BAKRĪ

AL-BAKRĪ (1). *Kitābu l-Masālik wa l-Mamālik*. Trad. in Coelho, António Borges. *Portugal na Espanha Árabe*. Lisboa: Editora Caminho, 2018;

---

se nenhuma atividade militar se impusesse, passariam o seu tempo em práticas ascéticas e na educação religiosa. No caso particular do al-Andalus, e especialmente do Ġarb, a manifestação prática do ideal de *ribāṭ* evolui, ao longo do séc. X, para uma prática quase exclusivamente ascética, uma espécie de “retiro espiritual”. Por sua vez, a perceção do *ribāṭ* como um edifício fortificado foi já desacreditada. Na verdade, como refere Carmen Martínez Salvador “Fala-se de *madīna* e *hiṣn*, mas nunca de *ribāṭ* como entidade, e parece ser a presença de um *murābiṭ* que lhes confere [aos espaços] essa qualidade” (Martínez Salvador, 2004, p. 51).

<sup>21</sup> Na sequência dos ataques *vikings* em Arzila: “Os habitantes apressaram-se a construir um *ribāṭ* na costa de Arzila, e a lá instalar uma guarnição que deveria ser renovada regularmente, através de voluntários fornecidos por todas as cidades da vizinhança.” (al-Bakrī (2), p. 220)



AL-BAKRĪ (2). *Kitābu l-Masālik wa l-Mamālik*. Ed. e trad. De Slane, Mac Guckin, *Description de l'Afrique Septentrionale par el-Bekri*. Argel: Typographie Adolphe Jourdan, 1913;

#### AL-IDRĪSĪ

AL-IDRĪSĪ (1). *Nuzhat al-muštāq fī Iḥtirāk al-afak*. Ed. e trad. in Dozy, Reinhart; Goeje, Micael Jan de. *Description de l'Afrique et de l'Espagne par Edrisi*. Leyde, 1866;

AL-IDRĪSĪ (2). "A Península Ibérica segundo um geografo árábico do século XII". Pref. e trad. Machado, José Pedro, separata do *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*. Lisboa: Casa Portuguesa Sucessores, janeiro-março de 1964, pp. 17-52;

AL-IDRĪSĪ (3). *Nuzhat al-muštāq fī Iḥtirāk al-afak*. Trad. in Rei, António. *O Gharb al-Andalus al-Aqsâ na Geograia Árabe (séculos III h. / IX d.C. – XI h. / XVII d.C.)*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2012, pp. 127-137;

AL-NUWAYRĪ. *Nihāyat al-arab*. Ed. e trad. Dozy, Reinhart. *Recherches sur l'histoire et la littérature de l'Espagne pendant le moyen âge*, tomo 2. Leyde: E.J. Brill, 1860;

*Crónica de Portugal de 1419*. Ed. crítica com introdução e notas de Adelino Almeida Calado. Aveiro: UA Editora, 1998;

IBN AL-ATHĪR. *Al-Kāmil fī al-Tārikh*. Trad. Fagnan, Edmond. *Annales du Maghreb et de l'Espagne*. Argel: Typographie Adolphe Jourdan, 1898;

IBN AL-QŪṬIYYA. *Ta'rīḥ Iftitāḥ al-Andalus*. Trad. in Coelho, António Borges. *Portugal na Espanha Árabe*. Lisboa: Editora Caminho, 2018;

IBN ḤAYYĀN. *Kitāb al-muqtabis fī ta'rīḥ rija al-Andalus*. Ed e trad. E. García Gomes. *Anales palatinos del califa de Cordoba al-Ḥakam II por Isa ibn Ahmad al-Razi (360-364 H. - 971-975 J.C.)*. Madrid: Sociedad de Estudios y Publicaciones, 1967;

#### IBN IDHĀRI AL-MARRĀKUSHI



IBN IDHĀRI AL-MARRĀKUSHI (1). *Kitāb al-Bayān al-mughrib fi ijtisār aḥbār mulūk al-Andalus wa al-Magrib*. Ed. e trad. Fagnan, Edmond. *Histoire de l'Afrique et de l'Espagne intitulée al-bayano l-Mogrib*, vol. 2. Argel, 1904;

IBN IDHĀRI AL-MARRĀKUSHI (2). *Al-Bayān al-mughrib fi ijtisār ajbār muluk al-Andalus wa al-Magrib*. Ed. e trad. Huici Miranda, Ambrosio, tomo I: *Los Almohades*. Teután, 1953;

IBN IDHĀRI AL-MARRĀKUSHI (3). *Al-Bayān al-mughrib fi ijtisār ajbār muluk al-Andalus wa al-Magrib*. Trad. in Coelho, António Borges. *Portugal na Espanha Árabe*. Lisboa: Editora Caminho, 2018;

LUIS DE MARMOL. *Descripción General de África, sus guerras y visicitudes, desde la fundación del mahometismo hasta el año de 1571*. Trad. in Coelho, António Borges. *Portugal na Espanha Árabe*. Lisboa: Editora Caminho, 2018;

*Fontes secundárias:*

AGUIRRE, Víctor Emanuel. "The viking expeditions to Spain during the 9<sup>th</sup> century". *Mindre Skrifter*, n<sup>o</sup> 30., Centre for Medieval Studies, University of Southern Denmark, 2013;

BOSWORTH, Clifford E. "Safīna". In *idem et alli, Encyclopédie de l'Islam - nouvelle édition*, tomo VIII, Paris: G. - P. Maisonneuve & Larose S. A., 1995, pp. 835-838;

BOYER, Regis. *Les Vikings*. Paris: Perrin, Tempus, 2017;

CHRISTYS, Ann. "The Vikings in the South through Arab Eyes". In Pohl, Walter; Gantner, Clemens; Payne, Richard (ed.). *Visions of Community in the post-Roman World*, Ashgate: Aldershot, 2012, pp. 447-458;

CHRISTYS, Ann. *Vikings in the South: voyages to Iberia and the Mediterranean*. Londres: Bloomsbury, 2015;

COELHO, António Borges. *Portugal na Espanha Árabe*. Lisboa: Editora Caminho, 2018;

CORREIA, Fernando Branco. "Vikings no ocidente do al-Andalus. Alguns tópicos em redor do impacto da sua chegada na costa próxima do Tejo". *História*, v.35, e.92. São Paulo, 2016, pp. 1-24;

- DOZY, Reinhart. *Recherches sur l'histoire et la littérature de l'Espagne pendant le moyen âge*, tomo 2. Leyde: E.J. Brill, 1860;
- FARRUGIA, Karl. *Viking Magians in arabic sources from al-Andalus: revisiting the use of the almajus in Muslim Spain*. Tese de Mestrado apresentada ao Departamento de Estudos Linguísticos e Escandinavos da Universidade de Oslo, 2020;
- FRANCO-SÁNCHEZ, Francisco. "Los ataques normandos a las costas de Šarq al-Andalus en el siglo IX. Consecuencias militares y sociales". In Espinar Moreno, Manuel (coord.). *Los Vikingos en la História*, 3, nº 22, Granada: Libros EPCCM, 2018, pp. 121-155
- KENNEDY, Hugh. *Os Muçulmanos na Península Ibérica – História Política do al-Andalus*. Mem Martins: Publicações Europa-América, 1999;
- MARTÍNEZ SALVADOR, Carmen. "El ribat en Al-Andalus. Enclaves militares y centros de transmisión mística (siglos IX-XI d. C.)". In De Epalza, Mikel (coord.). *La Rábita en el Islam, Estudios Interdisciplinares – congresos internacionales de Sant Carlos de la Rápita (1989, 1997)*, Alicante: Universitat d'Alacant, 2004, pp. 49-59;
- MAZZOLI-GUINTARD, Christine. "Les Normands dans le Sud de la péninsule Ibérique au milieu du IXe siècle : aspects du peuplement d'al-Andalus". *Annales de Bretagne et des pays de l'Ouest*, Rennes : Presses Universitaires de Rennes, 1996, pp. 27-37;
- MELVINGER, Arne. "al-Madjūs". In Bearman, P. J. et alli. *The Encyclopaedia of Islam*, vol. V, Leiden: E.J. Brill, 1986, pp. 1118-1121;
- NISA, João Rafael. "A poliorcética e o poder naval bizantinos". In Monteiro, João Gouveia (dir.), *O Sangue de Bizâncio, ascensão e queda do Império Romano do Oriente*, Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2017, pp. 445-452;
- OLLERO DE LANDÁBURU, Gonzalo. "La huella arqueológica de los vikingos en la Península Ibérica. Análisis de las dos primeras oleadas del siglo IX". In Avial-Chicharro, Lucía; Arranz Santos, Rebeca (ed.). *I Jornadas Jóvenes Investigadores en Arqueología*, livro 1, Madrid: Asociación Jóvenes Investigadores en Arqueología, Excavemos, 2016, pp. 277-317;



- PICARD, Christophe. *L'Océan Atlantique musulmane: de la conquête arabe à l'époque almohade*. Paris : Maisonneure & Larose, 1997 ;
- PICARD, Christophe. "Les Ribats au Portugal à l'époque musulmane: sources et définitions". In Fernandes, Isabel C. F. (coord.). *Mil anos de fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500) – Atas do Simpósio Internacional sobre Castelos*, Palmela: Edições Colibri, 2007, pp. 203-212;
- PIRES, Hélio. *Os vikings em Portugal e na Galiza – as incursões nórdicas medievais no ocidente ibérico*. Lisboa: Zéfiro, 2018;
- SÁNCHEZ PARDO, José Carlos. "Los ataques vikingos y su influencia en la Galicia de los siglos IX-XI". *Anuario brigantino*, N.º. 33, 2010, pp. 57-86;
- TORRES, Cláudio. "O Garb-al-Andaluz". In Mattoso, José (dir.), *História de Portugal. I – Antes de Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa, 1997.